

RADAR

favela

edição 05

DEBATES

**Movimentos sociais
se reúnem para discutir as
lutas das favelas e periferias**

ESPECIAL

A pandemia nas prisões

Foto: Mãe Flávia Pinto



PATRIMÔNIO
DA SOCIEDADE
BRASILEIRA

SUMÁRIO

- 3** **APRESENTAÇÃO**
- 4** **MEGAFONE**
- 7** **O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS?**
- 8** INCERTEZAS QUE FEREM CORPO E ALMA André Lima
- 10** QUEM VÊ PRAIA LOTADA, NÃO VÊ TRANSPORTE PÚBLICO
João Luis Pereira de Mattos
- 12** PANDEMIA E FAKE NEWS Miguel Suzarte
- 13** REMOÇÕES EM PLENA PANDEMIA Renata Dutra
- 15** **DEBATES**
- 16** UMA REFLEXÃO COLETIVA SOBRE A ORGANIZAÇÃO
DOS CAMINHOS DA LUTA DAS FAVELAS E PERIFERIAS
Roda de Conversa com Articuladores Locais de Favelas e Periferias
- 24** **MOVIMENTOS SOCIAIS**
- 25** ENCARCERAMENTO EM MASSA EM MEIO À PANDEMIA COVID-19
Frente Estadual Pelo Desencarceramento RJ
- 31** **ESPECIAL: A PANDEMIA NAS PRISÕES**
- 32** FALTA ATENDIMENTO, FALTA MEDICAMENTO...
NÃO TEM NADA ALÉM DE HUMILHAÇÃO E FILAS QUILOMÉTRICAS
Depoimento Rosana Maria
- 34** FÁBRICA DE FAZER LOUCO
Depoimento Vanja Santos Oliveira
- 36** A GENTE PRECISA QUE MAIS TERREIROS ESTEJAM LÁ
Depoimento Mãe Flávia Pinto

APRESENTAÇÃO

Radars COVID-19 Favelas é um informativo produzido no âmbito da Sala de Situação Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, vinculada ao Observatório COVID-19 da Fiocruz. Estruturado com base no monitoramento ativo (vigilância de rumores) de fontes não oficiais – mídias, redes sociais e contato direto com moradores, coletivos, movimentos sociais, instituições e articuladores locais – busca sistematizar, analisar e disseminar informações sobre a situação de saúde nos territórios selecionados, visando promover a visibilidade das diversas situações de vulnerabilidade e antecipar as iniciativas de enfrentamento da pandemia.

Os relatos são coletados por meio da constituição de uma rede de interlocutores, valorizando a produção compartilhada de conhecimento, o acesso e a participação ativa de moradores de favelas e de seus movimentos sociais.



Foto: Ana Paula Soeiro

MEMEFO

GAGANE

O conteúdo aqui publicado é composto de relatos de moradores, notas de movimentos sociais e coletivos, denúncias e reportagens sobre o contexto enfrentado por territórios de favela e periferia durante a pandemia.

FAVELA DE MANGUINHOS INICIA TESTES GRATUITOS DA COVID- 19:

O projeto Conexão Saúde - De olho na Covid inaugurou, na segunda semana de dezembro, um pólo de testagem para o novo coronavírus em Manguinhos. Em parceria com o Dados do Bem, os moradores terão acesso aos dois testes para Covid, Swab – que usa a técnica da coleta nasal – e o sorológico, feito por amostra sanguínea. Para serem atendidos, os moradores dessa comunidade podem baixar o aplicativo “Dados do Bem”, responder as perguntas e aguardar data, hora e local para realização do teste.

ALIMENTOS INSUFICIENTES, FALTA DE ÁGUA, PROLIFERAÇÃO DE DOENÇAS E ÓBITOS NAS UNIDADES PRISIONAIS.

A Plataforma Desencarcera publicou nota no dia 02 de dezembro de 2020 comunicando que recebeu um volume desproporcional de denúncias – 98 denúncias referentes à 12 unidades prisionais –, entre os dias 25/11/20 e 02/12/20, relativas à atrasos nas refeições, quantidade insuficiente de alimentação para atender todas às pessoas presas, além da qualidade muitas vezes imprópria para o consumo. Parte das denúncias destaca falta de acesso à água ou provimento de água inapropriada para o consumo, o que possivelmente está sendo vetor para a transmissão de doenças. A nota da Plataforma pelo Desencarceramento também informa que recebeu relatos de corte de energia em 4 estabelecimentos prisionais e várias denúncias destacando o agravamento dos problemas de saúde das pessoas em privação de liberdade que já sofriam de doenças crônicas e infectocontagiosas, como tuberculose e HIV/Aids. O Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura/RJ,

“através de cruzamento de dados do Boletim de Atendimento Médico (BAMs) e Declarações de Óbito de pessoas que morreram no período da pandemia sob tutela da SEAP-RJ, identificou pelos dados extraídos de 141 mortos no período que ao menos 20 deles chegaram desidratados, desnutridos, emagrecidos e com caquexia (14,18%). Em quatro casos constam entre as causas mortis desnutrição. Cabe ressaltar que este número pode estar subnotificado porque ainda não foi possível acesso a todos os documentos dos presos/as que vieram a óbito no período”, afirma a nota.



COVID NAS PRISÕES: A Plataforma Desencarcera comunicou em nota pública que foi informada pela Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) de que houve testagem em massa no presídio feminino Talavera Bruce no dia 14 de dezembro, com 138 presas. “Somente uma deu positivo e mais duas por swab, totalizando 3 novos casos de Covid-19 na unidade. Todas estão isoladas e são assintomáticas ou com sintomas leves, segundo a Secretaria Municipal de Saúde”, afirma a nota.

MORADORES DE FAVELAS E PERIFERIAS SEM ACESSO À ÁGUA.

Uma campanha iniciada por vários coletivos, dentre eles a Frente de Mobilização da Maré, divulgou um formulário na internet que em 24 horas identificou 400 locais diferentes de favelas e periferias convivendo com o problema da falta de água, um problema estrutural, mas que se agrava em um contexto de pandemia, já que a higienização é uma das principais medidas preventivas. Até mesmo uma clínica da família, que atende pacientes com Covid-19, ficou sem água.

ORGANIZAÇÕES POPULARES CRIAM COLETIVO PARA REIVINDICAR ACESSO À ÁGUA EM FAVELAS DO RIO DE JANEIRO:

diversas organizações, sindicatos e movimentos populares se uniram no coletivo “Água é vida, não é mercadoria” para reivindicar e solicitar esclarecimentos ao poder público sobre o acesso à água e ao saneamento para moradores de favelas e periferias. O coletivo foi organizado a partir da Frente Parlamentar contra as Privatizações e em Defesa da Economia. Como parte das iniciativas, no dia 16/12/2020, foi encaminhada à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, à bancada federal do Estado Rio de Janeiro no congresso e ao governo estadual, um documento apresentando uma lista de reivindicações: um plano emergencial elaborado pelo poder Executivo e pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), para atendimento prioritário nos próximos meses, listando as ações prioritárias; garantia pelo poder público de colocação de caixas d’água nas moradias e instalação de torneiras coletivas de fácil acesso. O documento ressalta também o processo de venda da Cedae e o uso político das duas crises hídricas no ano de 2020 para justificar a defesa da privatização do serviço.





O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS?

Foto: André Lima

Este espaço tem por objetivo repercutir como as favelas e seus moradores, principalmente através da dimensão coletiva e organizativa dos movimentos sociais, estão enfrentando e lidando com a pandemia Covid-19, bem como vocalizando no espaço público suas demandas e reivindicações face ao papel do Estado. Através da compilação de notícias, de relatos de moradores, do acompanhamento e interlocução com os serviços da Estratégia de Saúde da Família e da rede de ensino público (municipal e estadual) e análises de especialistas e pesquisadores buscamos aqui fazer ecoar *O que tá pegando nas favelas?*

Essa iniciativa vincula-se ao Observatório Covid-19 Fiocruz e pretende somar-se às lutas das favelas, de seus moradores, movimentos sociais e organizações coletivas.

INCERTEZAS QUE FEREM CORPO E ALMA!

André Lima

Conselho Comunitário de Manguinhos



Foto: André Lima

A população de Manguinhos enfrenta diariamente diversas batalhas para sobreviver num cenário repleto de mecanismos produtores de violências e mantenedores de velhas e novas formas de adoecimento. Sem deixar de considerar o contexto macroestrutural que viabiliza a negação ou supressão constante de direitos a determinados grupos populacionais, elenco algumas questões importantes na Esfera Pública Territorial de Manguinhos. A primeira destas é,

o abandono do poder público com o que ainda restava de ordenamento urbano, e com isso, a coleta de lixo, a limpeza urbana, a iluminação pública, a atenção aos dependentes químicos e aos moradores em situação de rua, dentre outras

ações deixadas de lado pelo poder público, somadas ao abandono estrutural dos equipamentos públicos situados no território (Biblioteca Parque, Casa da Mulher, etc), agrava um cenário de adoecimento.

Uma segunda questão se refere aos trabalhadores da Saúde, especialmente os das Equipes de Saúde da Família, além do risco a que são submetidos corriqueiramente na sua ação de enfrentamento à Covid-19, ainda sofrem pelas incertezas quanto à permanência da Fiotec na gestão da Atenção Básica. Em outras palavras, temem por seus empregos. Mas esse sentimento não é infundado, nasce da situação que ocorre com a Unidade de Pronto Atendimento (UPA Manguinhos), onde dezenas de trabalhadores serão demitidos, mesmo contrariando o desejo dos conselheiros locais de saúde.

Com a parceria da Fiocruz e de outros agentes privados, o Projeto Conexão Saúde: De olho na Covid chega em Manguinhos, com atuação já na Maré, onde a intervenção funciona há alguns meses. Neste projeto estão previstas ações de Telemedicina, com a ONG SAS Brasil, testagem de moradores para a Covid-19 e monitoramento destes a partir do aplicativo Dados do Bem. O que tem chamado atenção aos membros do Conselho Comunitário de Manguinhos, em sinergia com a opinião de alguns conselheiros de saúde, é a dificuldade para se criar um fluxo integrado entre as ações das Equipes de Saúde da Famílias e a ação de Telemedicina. Reuniões, inclusive presenciais, já aconteceram.

E, por fim, a sobrevivência econômica está ameaçada por diversos fatores: o desemprego estrutural e a baixa escolarização entre os moradores do território; o fim do auxílio emergencial; a elevação criminosa de preços de itens da cesta básica; e da diminuição drástica das campanhas de doação de cestas de alimentos e itens de primeira necessidade.

Os coletivos e movimentos sociais em Manguinhos sabem dos dias difíceis que virão. Oxalá que tenham discernimento, sabedoria e prudência para organizarem suas lutas pela vida!

QUEM VÊ PRAIA LOTADA, NÃO VÊ TRANSPORTE PÚBLICO

João Luis Pereira

Morador de Sepetiba, fundador e presidente do Centro Cultural Çape-Typa e linha de frente contra o covid pela União Coletiva pela Zona Oeste



Foto: Day Medeiros

Era 5 de junho 2020, uma sexta-feira, e o Governo do Estado do Rio de Janeiro iniciou intempestivamente o processo de flexibilização da quarentena. No primeiro dia útil subsequente (segunda, 8/6), as barreiras restritivas existentes em 15 estações dos trens da SuperVia foram removidas e os trabalhadores periféricos receberam o primeiro golpe da concessionária nesse período de pandemia: a interligação dos ramais Santa Cruz e Deodoro. Os moradores da Zona Oeste, principalmente os moradores da AP 5.3, perderam o trem expresso, que é o transporte de maior mobilidade entre as regiões do Rio: agora temos mais 11 paradas em nosso longo caminho até o Centro e para voltar para casa.

Infelizmente, a história não parou por aí e em julho o presidente da empresa apontou para a possibilidade de paralisação dos serviços caso não houvesse apoio via aporte financeiro pelo governo estadual ou federal. A paralisação não se concretizou, mas em 5 de novembro a SuperVia aplicou o segundo golpe nas trabalhadoras e trabalhadores: uma “adequação da grade horária à atual demanda reduzida de passageiros”, ou seja, uma drástica redução do número de trens em circulação.

Mas e o que a praia tem a ver com tudo isso? O “novo normal” (odeio esse termo) impôs a quem tem um grau mínimo de consciência sanitária, um comportamento policialesco com relação ao cumprimento do isolamento social. Aqueles descolados da realidade material e das

Realengo

← Central

Santa Cruz →

Foto: Fábio Araújo

dificuldades de nossas favelas e subúrbios, que durante a pandemia não tiveram nenhum tipo de melhoria que possibilitasse uma viagem segura, manifestam um comportamento preconceituoso e raso, culpando pelo avanço da pandemia em nossa cidade o pobre que não pôde, em momento algum da pandemia, de fato fazer uma quarentena minimamente digna e rígida e que, dentro dessa realidade, não deixou de ocupar o último espaço de lazer acessível aos pobres em nossa cidade: as praias. Sim, sabemos que seria importante o fechamento das praias para conter o contágio. Mas não se pode fechar os olhos para o pobre que está se espremendo dentro de trens, metrô, ônibus e BRT lotados para servir ao eixo centro-zona sul.

Uma ação popular, movida com amplo apoio de moradoras e moradores da Zona Oeste contra a integração dos ramais Santa Cruz e Deodoro está parada há mais de cinco meses e os trens seguem lotados, todos os dias e horários de pico, apesar das aglomerações e a falta de fiscalização do uso de máscaras nos trens serem responsabilidade da SuperVia.

Vale se questionar sobre onde está o Estado, que em momento algum da pandemia interviu de forma minimamente satisfatória para garantir não apenas uma possibilidade de quarentena para todos nós, mas também um retorno seguro às atividades do cotidiano, o que preveniria o aumento dos casos e óbitos por Covid.

Podemos nos cegar pelo moralismo hipócrita de quem pôde cumprir uma quarentena com o mínimo de conforto e segurança e culpar o povo periférico pelo avanço da pandemia, ignorando a ausência de intervenções de políticas públicas e privadas nas medidas de saúde e segurança que toda a população deveria ter garantidas.

PANDEMIA E FAKE NEWS

Miguel Suzarte

16 anos, estudante, morador de Coelho Neto,
Zona Norte do Rio de Janeiro

Navegando em uma rede social, encontro a postagem de um suposto profissional da saúde orientando as pessoas ao descumprimento do isolamento social, principal medida preventiva na contenção de contágios pelo novo coronavírus. Em oposição a especialistas de todo o mundo, a publicação afirma que “o vírus só irá parar quando infectar a maioria”. Acumulando centenas de compartilhamentos, a falsa afirmação chegou aos meus vizinhos, nas proximidades de Irajá, bairro na Zona Norte do Rio de Janeiro.

Assim, receosos com as consequências da propagação das “fake news” e com o crescimento do número de casos, os próprios moradores se organizaram em uma megaoperação a fim de auxiliar uns aos outros no combate ao Covid-19, atuando em duas frentes: alertando sobre a importância do isolamento social e esclarecendo dúvidas, com carros de som, faixas e cartazes espalhados pelo bairro e também atuando na distribuição de cestas básicas e produtos de higiene, a partir da arrecadação de fundos e cadastramento das famílias em vulnerabilidade.

Contudo, mesmo presenciando a grande mobilização, uma considerável parcela acreditou nas desinformações. Nas ruas, percebe-se pouca adesão ao distanciamento, em parte por conta da descrença em sua eficácia. Dessa maneira, com o vírus fazendo mais vítimas na periferia, a disseminação de notícias falsas nas áreas com os menores índices de desenvolvimento social do município do Rio de Janeiro segue na contramão da atuação de lideranças comunitárias na conscientização, prevenção e assistência à população, de forma a contribuir para a potencialização nos índices de contágios.

REMOÇÕES EM PLENA PANDEMIA

Renata Dutra

Estudante de jornalismo, comunicadora comunitária
e moradora de Manguinhos



Foto: imagem cedida por morador - Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do novo coronavírus e medidas tiveram que ser tomadas para conter o vírus e o contágio. Para isso, é recomendado o uso de máscaras, uso de álcool em gel, evitar o contato com pessoas e uma higiene redobrada. Para combater o vírus, é preciso água potável, espaço entre as casas e manter o distanciamento social. Mas como isso é possível nas favelas do Rio de Janeiro?

Em Manguinhos, há anos, os moradores lidam com a falta d'água, recorrentes enchentes, falta de saneamento básico e remoções.

Na verdade, as remoções estão enraizadas na história do Complexo de Manguinhos, pois a favela abrigou pessoas que foram removidas, no ano de 1969, da Favela da Praia do Pinto, que ficava localizada na zona sul do Rio de Janeiro.

Neste momento de pandemia, esta série de problemas se torna cada vez mais grave, levando em conta que as casas são cada vez menores e próximas uma das outras. Segundo o morador Guilherme Antunes, sua antiga casa era maior: “Antes da gente se mudar, a gente tinha uma casa bem maior, mais espaçosa e trazia mais conforto, mas o governo veio e nos tirou, ofereceu um valor bem abaixo do que a nossa casa valia”, conta.

O morador de favela precisa lidar com recomeços, seja porque a chuva levou tudo ou porque o governo removeu sua casa. Em tempos de pandemia, falamos muito sobre a saúde tmental e como ela é afetada. Mas e quando um morador tem sua casa removida, isso afeta sua saúde mental? “Causa um trauma, a gente constrói nossa casa, deixa com nossa identidade e quando o governo remove nós temos que começar tudo de novo. Causa uma confusão na nossa cabeça”, conta Guilherme.

Para o morador de favela, lidar com questões da pandemia, é muito mais difícil, porque não tem as mesmas oportunidades que outros cidadãos. Nem sempre o morador tem direito a fazer a quarentena, falta água para fazer sua higiene e falta espaço nas ruas e nas casas para fazer o distanciamento. Remoções de anos atrás ainda impactam nos dias de hoje.

Em julho, foi lançada a campanha “Despejo Zero”, que visa a suspensão de processos de remoção durante a pandemia. A campanha é uma ação nacional com apoio internacional. Segundo a campanha, em outubro de 2020, ano da pandemia do novo coronavírus, o número de famílias que tiveram suas casas removidas já ultrapassava a marca de seis mil. E, neste momento, no Brasil inteiro ainda continuam acontecendo remoções. Você pode denunciar as remoções que ocorrem na sua favela através do site campanhadespejozero.org

O pobre, negro e favelado não tem direito ao básico, que é água, moradia e vida.

O informativo Radar Covid-19 Favelas tem realizado esforços para construir e manter um espaço que alimente uma reflexão coletiva sobre os impactos da pandemia nas favelas e periferias, e sobre as possibilidades de garantia de vida digna nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, para além da pandemia; um trabalho coletivo de análise conjuntural da crise sanitária nas dimensões social e política, que conta com a colaboração, até a data de publicação desta edição, de cerca de 20 representações de coletivos, organizações e movimentos sociais populares, com objetivo de favorecer o debate sobre os caminhos possíveis para as lutas dos moradores de favelas.

Nesse sentido, o *Radar* promoveu, no dia 8 de dezembro de 2020, um encontro em formato de roda de conversa virtual entre moradores, militantes, lideranças e articuladores sociais de favelas e periferias do Rio de Janeiro para debater o atual momento da pandemia na cidade.

Participaram da roda de conversa: André Lima (Conselho Comunitário de Manguinhos, Manguinhos); Auricélia Mercês (Museu Casa Bumba Meu Boi, Catiri); Cláudia Rose (Museu da Maré, Maré); Day Medeiros (União Coletiva Pela Zona Oeste, Campo Grande); Eliana Souza (Redes da Maré); Fabyane Soares (São Carlos, Coletivo São Carlos Ativo); Itamar Silva (Grupo Eco, Santa Marta); Patrícia Evangelista (Conselho Comunitário de Manguinhos, Manguinhos); Simone Rodrigues (Rocinha, Movimento Comunitário Rocinha Sem Fronteiras e União Por Moradia Popular); Vanderlea Aguiar (Morro dos Macacos, Rede Emancipa).

Uma reflexão coletiva sobre a organização dos caminhos da luta das favelas e periferias no enfrentamento dos impactos da covid-19 e das desigualdades sociais

CENÁRIOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES

O cenário atual é marcado por dois principais acontecimentos: o primeiro é o aumento de casos e internações por Covid-19 no Rio de Janeiro e em vários estados e municípios do país e situação que já afeta os sistemas de saúde menos preparados para atender as demandas de leitos e enfermarias de UTIs; o segundo é a transição de governo em âmbito municipal, após a realização das eleições municipais. O desenrolar da pandemia tem sido marcado por várias temporalidades e as lutas sociais e políticas têm enfrentado o desafio de lidar de uma maneira articulada com as dimensões do tempo da reflexão, o tempo da urgência e do tempo da ação política; e com as intervenções estratégicas, emergenciais, pontuais e estruturais.

No atual momento da pandemia, tem se falado em “repique” ou “segunda onda” para se referir à expansão de casos, internações e óbitos por Covid-19.

Do ponto de vista das favelas, desde o momento inicial da pandemia, já havia a constatação da impossibilidade de os moradores e as moradoras realizarem o recomendado distanciamento físico, por diversas razões: as condições de moradia, a própria geografia das favelas, o comportamento cultural, a narrativa do negacionismo, etc.

Para além do distanciamento físico, do uso de máscaras e da higienização das mãos que, com efeito, continuam a ser as principais medidas para a contenção do contágio, observa-se, nesse momento, uma diminuição

significativa das iniciativas locais de mitigação dos impactos da pandemia nas favelas. Após nove meses de pandemia, um certo cansaço se abateu sobre a própria dinâmica das iniciativas locais e as doações de alimentos, que vinham sendo uma das principais ações, arrefeceram. Paralelamente a isso vão se ampliando as dinâmicas de aglomeração com a realização de encontros, festas e eventos nas favelas.

O poder público, por sua vez, segue sem oferecer a necessária proteção para as populações vulnerabilizadas nas favelas, inclusive quanto ao cuidado com as pessoas enfermas, principalmente aquelas portadoras de doenças crônicas. Toda a discussão realizada no sentido de pressionar as várias instâncias e os vários níveis de governo a priorizar uma resposta estatal efetiva, em termos de políticas públicas para o enfrentamento dos impactos da pandemia, até o momento, não surtiu efeito. A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro chegou a aprovar o Projeto de Lei 2920/2020, visando o desenvolvimento do Plano de Enfrentamento da Covid-19 nas Favelas com o objetivo de desenvolver ações nas áreas de saúde e assistência social. Com efeito, dada a magnitude da questão social que envolve as favelas e considerando a abrangência estadual do plano – favelas no Estado do Rio de Janeiro – o valor destinado poderá contribuir para o desenvolvimento de ações experimentais voltadas para o debate e construção de políticas públicas de enfrentamento dos impactos da pandemia nesses territórios.

No âmbito municipal, foi proposta e aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo prefeito da cidade do Rio de Janeiro a lei 6.760/2020, que dispõe sobre a criação de Programa Emergencial de Combate ao Coronavírus nas Favelas e Comunidades durante a pandemia do novo coronavírus. Até o presente momento, a execução dos dois planos não se concretizou. Embora a pandemia tenha agravado a desigualdade social e, conseqüentemente, precarizado ainda mais as condições de vida da população vulnerabilizada residente em favelas, até a atual fase da pandemia, não houve nenhuma ação coordenada dos governos.

Logo no início da pandemia, os moradores de favelas demonstraram intensa capacidade organizativa para criar redes de solidariedade, voltadas principalmente para uma intervenção imediata em relação às urgências impostas pelo contexto sanitário, principalmente no que dizia respeito ao acesso a insumos de higiene para a proteção sanitária, como álcool e sabão, para lavar as mãos e acesso a alimentos, o que por si só evidencia a centralidade do problema da fome e do acesso à uma renda mínima, capaz de garantir direitos básicos para a manutenção da vida, como moradia e alimentação. Capacidade organizativa, esta, que vem de longa data.

O associativismo é parte da história da favela e sempre foi uma condição para sua possibilidade de existência na cidade, seja na luta contra a política de remoções de diferentes governos em diferentes momentos históricos, seja nos mutirões para autoconstrução de casas, de redes próprias de água tratada e a energia elétrica (comissões de luz), etc. Sem deixar, portanto, de reconhecer a enorme força mobilizadora que gerou a diversidade de iniciativas locais que se multiplicaram nas favelas. Essa movimentação toda enfrenta limites.

Um deles é a dificuldade de empreender ações políticas capazes de pautar o debate público com governos e sociedade sobre a cidade a partir das demandas das favelas. Outro é o de pressionar as estruturas de governo que têm se mostrado indiferentes e insensíveis ao diálogo com as favelas para que esse intercâmbio aconteça, considerando que moradores residentes em favelas representam expressiva parcela de 22% da população do município do Rio de Janeiro, distribuída entre as 1.018 favelas, conforme dados do Instituto Pereira Passos (IPP).

AÇÃO COLETIVA E ARTICULADA EM DEFESA DA VIDA DIGNA NAS FAVELAS

A reflexão coletiva elaborada no espaço da roda de conversa apontou para a importância dos movimentos sociais de favelas (em seus vários formatos) não perderem do horizonte político uma crítica mais contundente da ausência do poder público no enfrentamento dos efeitos da pandemia sobre a população residente em favelas. A favela enquanto questão social requer uma ação pública do governo – lógica que se aplica para os tempos antes, durante e após a pandemia. A visibilidade das condições de vida na favela que ocorreu em um dado momento foi diminuindo sua presença na agenda pública no decorrer dos meses, e, conseqüentemente, também enfraqueceu a capacidade dos movimentos sociais de interpelarem coletivamente as estruturas de governo em busca de uma resposta política efetiva para o enfrentamento das crises sanitária e humanitária.

Segundo a avaliação dos presentes na ocasião, o contexto de uma nova gestão da prefeitura se abre como ocasião oportuna para dialogar e cobrar do novo governo compromissos efetivos, por exemplo, com a atenção primária da saúde que vem sofrendo com o desmonte nos últimos anos. Cobrar do governo não porque um ou outro secretário tenha alguma proximidade ou sensibilidade no trato com os movimentos sociais, mas porque, afinal, se trata de uma estrutura do Estado Brasileiro, e exatamente por isso, qualquer que seja o governo, deve estar sensível a dialogar com as favelas. Afinal, a população residente em favelas e em conjuntos habitacionais que metamorfosearam-se em favelas e em periferias corresponde a um quarto da população total da cidade do Rio de Janeiro. A expansão da favela sobre a cidade, torna a questão da favela uma questão urbana com a qual a cidade precisa lidar. A questão da favela, portanto, não é uma questão restrita a este território, ela diz respeito à cidade; é uma expressão da questão urbana e seu enfrentamento requer ação coordenada, intersetorial, territorializada

e com participação direta de seus moradores na formulação e gestão das diferentes políticas públicas a ela endereçadas.

É nesse sentido que – sem perder de vista sua heterogeneidade– é necessário problematizar onde esses vários territórios, que são tão diferentes entre si, se encontram. Para além da diversidade de experiências e especificidades de cada um deles – que é uma riqueza – o que é possível construir em comum? Que temas ou pontos são capazes de fomentar uma agenda comum que possa contribuir para superar a ação fragmentada e produzir pontos de convergência e incidir politicamente na nova gestão municipal?

Fragmentados cada um em seu território, os ativistas, coletivos e movimentos podem desenvolver ações locais interessantes, mas, com pouca capacidade de incidência na política municipal e também em outras esferas de governo. Os coletivos de favela, por exemplo, não foram capazes durante a eleição municipal de pautar o debate sobre urbanização de favelas. Seria a reurbanização de favelas um tema de interesse comum?

Com a pandemia, as questões sociais emergenciais e estruturais das favelas ganharam destaque. Não se trata de uma novidade - cabe destacar que a militância das favelas vem atuando e denunciando há muito tempo - mas de um contexto novo que deu visibilidade para falar da desigualdade social; do espaço entre as casas; de falta de água; da dificuldade de ser atendido nos hospitais e da espera na fila do Sisreg, o sistema que regula as vagas nos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; do racismo estrutural; da dificuldade ou impossibilidade de acesso à internet; da creche, da escola pública e da mãe trabalhadora e seus filhos, etc. Daí a importância de aproveitar todo o aprendizado e toda a movimentação que ocorreu até agora para desenhar alguma ação que tenha continuidade e que sistematize uma agenda comum com o objetivo de incidir politicamente.

CONSTRUIR UMA AGENDA COMUM PARA A LUTA POLÍTICA EM DEFESA DA VIDA DIGNA NAS FAVELAS E PERIFERIAS

Quais temas ou reivindicações poderiam produzir conexões e aproximações para estruturar uma ação coletiva em defesa da vida digna nas favelas? Emprego, renda básica e segurança alimentar? A reivindicação por operações policiais de acordo com a lei, com a decisão do Supremo Tribunal Federal e orientada pela proteção das vidas dos moradores de favelas? A luta contra remoções e pela reurbanização das favelas? A luta pelo acesso à internet de qualidade nesses territórios? A luta por acesso permanente à água, coleta de lixo, drenagem e rede de esgotamento? A luta contra a privatização dos serviços de saúde, assistência social e saneamento básico?

Considerando que a pandemia não acabou, e os números de casos, internações e óbitos encontram-se em alta, a avaliação coletiva realizada por militantes, mobilizadores e articuladores locais que participaram da roda de conversa indica que ação política das favelas deve recuperar a discussão sobre o plano emergencial já aprovado pela ALERJ e sancionado pelo governador do Estado do Rio de Janeiro para o enfrentamento dos impactos sociais da pandemia nas favelas. De acordo com o coletivo presente, se torna necessário agir para alcançar a materialização dessa lei. Nela, está previsto que o Plano seja executado através de um Comitê Gestor: assim sendo, é preciso garantir a participação popular nesse Comitê e pautar que as ações sejam realizadas de maneira articulada com as universidades e entre as diferentes secretarias, instâncias e ações de governo, na medida em que não seria possível pensar os problemas da cidade senão de forma intersetorial.

As áreas de favelas com maiores taxas de contaminação e aquelas consideradas áreas de risco – considerando a histórica ação das chuvas de verão causando enchentes, deslizamentos, destruição de moradias e mortes –, devem estar no horizonte de prioridade das ações

de enfrentamento à pandemia nessas localidades, orientadas pelos valores de proteção à vida e à moradia digna. De modo que, para além da dimensão emergencial de mitigação dos impactos da Covid-19, seja possível aproveitar o momento para pautar as questões estruturais relacionadas à negação dos direitos básicos da população residente em favelas, na perspectiva das políticas públicas saudáveis.

A reflexão do grupo apontou também para a necessidade de se discutir e redesenhar as cartografias políticas e administrativas da cidade considerando a heterogeneidade e as diferenças entre as favelas e periferias urbanas do Rio de Janeiro. Nessas redefinições, pareceu importante aos presentes no debate, destacar a questão da Zona Oeste e o lugar que ela ocupa no mapa político da cidade. Isso, não apenas pela presença das milícias, mas também pelo histórico de uma prática política conservadora que age sem compromisso com os direitos das populações vulnerabilizadas das favelas e periferias. Embora a enorme extensão territorial, a numerosa população vivendo nela, e a heterogeneidade presente mesmo entre seus bairros, ela raramente é considerada no debate público sobre a cidade. Menos frequente ainda é que sejam consideradas suas diferenças internas, a exemplo do que chamam “extrema Zona Oeste”, que compreende o eixo Paciência, Santa Cruz, Sepetiba – que apresenta singularidades no que diz respeito à qualidade das habitações, acesso a serviços básicos de saúde, educação, mobilidade urbana, entre outros

A desimportância com que as vidas faveladas e periféricas são tratadas e a orientação negacionista dos governos em relação à pandemia têm contribuído para uma naturalização de mortes que poderiam estar sendo evitadas e não estão. Para além da exposição ao risco do contágio que a luta pela sobrevivência impõe, o grupo identifica que há um comportamento desnecessário de exposição ao risco, de lançar-se à morte, que precisa ser enfrentado. Cuidar da saúde mental e reafirmar a dignidade e a importância das vidas que estão sendo perdidas é um

aspecto que merece atenção, principalmente, considerando o atual cenário de desmonte dos serviços de saúde mental.

A dignidade da vida vem sendo destruída pelo vírus, pelos tiros da polícia, pelo racismo estrutural, pela privatização dos serviços públicos, pela fome e pelo desemprego.

Para enfrentar tais desafios, e outros, é preciso fomentar espaços onde as favelas possam conversar, se encontrar, articular uma ação coletiva organizada capaz de pautar as questões estratégicas para as favelas. Algumas sugestões de nomes para esses encontros foram ventiladas como: Conferência Direito à Saúde e à Vida Digna nas Favelas; Encontro das Favelas pela Vida; Conferência Livre das Favelas Pela Vida; Conferência Livre das Favelas Pela Saúde e Vida Digna. Foi destacada a importância de se desenvolver um trabalho político capaz de criar espaços de articulação que aproximem os movimentos e que, a partir de uma agenda que vá das questões estruturais às mais específicas, se tracem estratégias concretas de organização das lutas de enfrentamento aos impactos da Covid-19 nas favelas”.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Nesta edição, o *Radar* publica a nota da Frente Estadual pelo Desencarceramento/RJ intitulada “Encarceramento em massa em meio à pandemia Covid-19”. O documento traz informação sobre a realidade do sistema carcerário, destacando a superlotação dos presídios, a centralidade da política de drogas no processo de criminalização da juventude e as condições insalubres das unidades prisionais, propícias à propagação de doenças. Outro aspecto abordado no documento é a falta de assistência à saúde da população privada de liberdade, questão que se agrava ainda mais com o atual contexto da pandemia e com o posicionamento do governo federal de não incluir a população carcerária entre as prioridades da vacinação contra a Covid-19.

Foto: Ana Paula Soeiro



ENCARCERAMENTO EM MASSA EM MEIO À PANDEMIA COVID-19

Frente Estadual pelo Desencarceramento - RJ

FRENTE-RJ¹

O Brasil ocupa o terceiro lugar do ranking global do encarceramento masculino e o quarto lugar no ranking global do encarceramento feminino. Somente entre os anos de 2006 e 2016, a população carcerária brasileira quase dobrou, passando de 401.200 a 726.700 presos e presas². Estima-se que 40% dessas pessoas estão presas provisoriamente. Isto é, elas sequer foram condenadas pelo sistema de justiça criminal, e aguardam julgamento privadas de liberdade. Esse quadro é reflexo, sobretudo, de políticas de segurança pública racistas, pautadas na criminalização da pobreza e na repressão policial em territórios de favela e periferia, sob pretexto da chamada “guerra às drogas”.

Como destaca a ativista anti-cárcere e presidente da Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade de Minas Gerais, Maria Tereza dos Santos: “Os nossos estão se matando por um dinheiro que nem é deles. Porque eles vendem a droga, morrem por causa da droga, são presos por causa da droga e nenhuma de nós têm o dinheiro da droga para pagar advogado para eles”. Por isso, cada vez mais as pautas da violência de estado e do desencarceramento têm se estreitado. Maria Dalva da Costa Correia da Silva, uma das fundadoras da Rede de Movimentos e Comunidades Contra a Violência após perder um filho na histórica Chacina do Borel, afirma que isso é inevitável já que: “Quando não nos matam, nos ditos atos de resistência, eles nos prendem!”.

¹ Fundada em janeiro de 2017, a Frente Estadual pelo Desencarceramento - RJ (FRENTE-RJ) é um movimento social formado por mais de 60 movimentos, coletivos e organizações da Sociedade Civil, familiares de pessoas sobreviventes dos sistemas prisional e socioeducativo e sobreviventes do sistema

² Infopen 2016. Disponível em: https://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf

As falas das duas defensoras de direitos humanos remetem a como o punitivismo, apoiado na falsa promessa de que a atuação letal das polícias e a expansão do sistema prisional irão resolver os problemas de segurança da sociedade. Globalmente, essa ideologia punitivista na segurança pública é fortemente atravessada pelo racismo e pela misoginia; o que também ocorre no caso brasileiro. No Brasil, a população prisional é majoritariamente negra (64%) e, no período entre 2000 e 2016, o aumento da taxa de encarceramento feminino foi de 698%³. Nesse sentido, é importante destacar que, como apontam especialistas, a “Nova Lei de Drogas” de 2006 teve impacto profundo para o agravamento da situação. Em 2017, 1 em cada 3 presos no país já respondia por tráfico de drogas⁴. E, segundo censo realizado pelo Ministério da Justiça em junho de 2019⁵, a população prisional aumentou 4% nos últimos dois anos, chegando a 773 mil pessoas presas; entre eles, 163 mil cumprem penas por delitos relacionados ao narcotráfico⁶. Entre as mulheres, atualmente, 70% das prisões correspondem a tráfico de drogas. Trata-se, sobretudo, de mulheres negras jovens (entre 18 e 29 anos), réis primárias, com filhos e chefes de famílias monoparentais.



Foto: Guilherme Fernández

³ Disponível em: <https://theintercept.com/2018/03/08/encarceramento-feminino-mulheres/>

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/um-em-cada-tres-presos-do-pais-responde-por-trafico-de-drogas.ghtml>

⁵ Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/trafico-de-drogas-lidera-ranking-de-crimes-em-censo-de-presos-29022020>

⁶ Idem.

Com um ritmo tão intenso de encarceramento e um déficit de 312.925 vagas⁷, as prisões brasileiras são verdadeiras calamidades de saúde pública. No estado do Rio de Janeiro o cenário não é diferente. Mais de 50 mil homens e mulheres habitam as insalubres e superlotadas prisões fluminenses, onde há um déficit de mais de 20 mil vagas, segundo o Ministério Público (MPRJ). Essas pessoas vivem em celas sem ventilação - por vezes, com paredes mofadas e vazamentos de esgoto -, têm alimentação precária, acesso bastante restrito à água potável e quase nenhum acesso aos serviços de saúde. São obrigadas a viver em condições propícias ao desenvolvimento de todo tipo de doenças e a disseminação de enfermidades infectocontagiosas.

A situação do sistema socioeducativo também é grave. As unidades de internação podem ser considerados verdadeiros presídios com nome de escola, como preconiza o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (MEPCT RJ) no título de um de seu relatório sobre os espaços de privação de liberdade para adolescentes no estado do Rio de Janeiro (2017)⁸. Segundo o levantamento anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) referente a janeiro de 2015 - lançado apenas em 2018 - demonstra que entre os anos de 2009 e 2015, houve um aumento de 58,6% no número de jovens cumprindo medidas de privação ou restrição de liberdade no país. Em 2015, eram um total de 26.868 adolescentes - 2.235 deles no estado do Rio de Janeiro. O sistema socioeducativo tem como alvo privilegiado adolescentes negros: 91% estão nas unidades referenciadas como masculinas e 61% tem cor preta ou parda. Até 2015, 49% desses adolescentes respondiam por atos infracionais envolvendo furto e roubo, e 24% por infrações relacionadas ao tráfico de drogas.

Segundo o Conselho Nacional do Ministério Público, quatro anos mais tarde, em 2019, o número de adolescentes cumprindo medidas de privação

⁷ Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/12528-levantamento-do-cnmp-indica-que-ha-superlotacao-em-unidades-de-atendimento-socioeducativo-no-brasil>

⁸ Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1g9zmH9HXgN1NGrcxeLAd9u0dMsCvLN9L/view>

permanente de liberdade chegava a 18.086, havendo um déficit de 1.925 vagas nas instituições socioeducativas brasileiras. Cabe ressaltar que, como as unidades prisionais para adultos, em todo o país tais espaços são historicamente marcados pela precariedade das condições de vida, pelas violações de direitos e violência contra esses jovens.

Considerando a superlotação e as terríveis condições de encarceramento de pessoas adolescente e adultas no país e em nosso estado, chama atenção o silenciamento social em relação aos impactos da Covid-19 sob esse segmento específico da população desde que a pandemia atingiu o estado do Rio de Janeiro em março deste ano. No início da pandemia, especialistas apontavam que nas prisões cada contaminado/a pelo novo coronavírus poderia vir a contaminar outras 10 outras pessoas, enquanto na população livre a expectativa era que cada doente contaminasse de 2 a 3 pessoas⁹. Ademais, ao contrário da população livre, a população em privação de liberdade tem quase nenhum acesso ao Sistema Único de Saúde. Nas unidades prisionais fluminenses, por exemplo, quando iniciou a pandemia havia um quadro escasso de profissionais de saúde na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP RJ), dada a ausência de concursos públicos e ajustes salariais desde 1998. Esses poucos profissionais passaram a formar equipes de atendimento volantes com 8 membros cada. Soube-se que ao longo dos últimos meses servidores da SEAP RJ se infectaram e/ou adoeceram, tornando possibilidade de dar conta de milhares de pessoas ainda mais improvável.

Apesar da redução no efetivo das unidades prisionais fluminenses para 45.411 pessoas presas, e o número de presos liberados nas audiências de custódia tenha subido de 33% para 51,5% em decorrência da pandemia, – há de se saudar o árduo trabalho da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e de coletivos de advogados populares que redigiram inúmeros habeas corpus, pedidos de progressão de regime e etc. – a

⁹ Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1049/covid-19-nas-prisoas-um-desafio-impossivel-para-a-saude-publica#C1>

adesão à Recomendação 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)¹⁰ foi muito menor que o necessário. Milhares de homens e mulheres enquadrados nos grupos de risco não foram liberados. Ademais, outras medidas de combate à Covid-19 em locais de privação de liberdade não foram implementadas de forma satisfatória. Insta salientar que o próprio contexto prisional fluminense impede em absoluto o distanciamento social e medidas básicas de segurança sanitária, sendo central a implementação de medidas desencarceradoras para a garantia do direito à vida e à integridade física das pessoas privadas de liberdade. Denúncias indicam que, em algumas unidades, pessoas com sintomas de síndrome gripal estavam sendo incorporadas ao efetivo de internos ou internas. Nos sistemas prisional e socioeducativo, a incomunicabilidade imposta pela interrupção das visitas e pela morosidade ou não implementação de meios de comunicação alternativos – e efetivos –, gerou pânico nas famílias e reduziu a possibilidade de adolescentes e adultos privados de liberdade denunciarem as violações de seus direitos, situações de violência e tortura.

Tendo em vista o contexto de enfrentamento à pandemia de Covid-19 e considerando a urgência de se acompanhar os impactos do Covid-19 no sistema prisional e no sistema socioeducativo, a Frente Estadual pelo Desencarceramento do Rio de Janeiro e o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro, com apoio do DataLabe, lançaram, no dia 4 de junho, a *Plataforma Desencarcera, RJ!*, que tem o objetivo de receber denúncias sobre a situação de pessoas presas no sistema carcerário fluminense. A plataforma consiste em um formulário que garante, com segurança, a realização de monitoramento sobre as questões de saúde, condições das unidades, acesso à justiça, acesso à informação por parte dos familiares, dentre outras questões. As denúncias podem ser feitas de modo anônimo ou identificado, versando sobre casos individuais ou coletivos. Encaminhamos e acompanhamos os casos junto às instituições competentes.

¹⁰ A Recomendação 62/2020 dispõe sobre orientações aos órgãos do judiciário para evitar contaminações em massa da Covid-19 no âmbito dos sistemas prisional e socioeducativo. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3246>



Foto: Ana Paula Soeiro

Aliado a isso, a FRENTE-RJ tem buscado fortalecer movimentos de familiares no Rio de Janeiro e em outros estados do Brasil a partir da articulação e da comunicação da Agenda Nacional pelo Desencarceramento¹¹. Isso têm resultado em ações que vão desde denúncias internacionais sobre o Estado Brasileiro à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e à Organização das Nações Unidas (ONU) e a campanhas nacionais contra a criminalização das famílias e contra o uso de contêineres como celas de isolamento durante a pandemia, até e assessoria à grupos e coletivos de familiares na formação de 7 novas

Frentes Estaduais; e ações locais de assistência à familiares de adolescentes e adultos privados de liberdade que perderam seus empregos ou foram impedidos de trabalhar durante a pandemia. Durante a pandemia, as demandas que recebemos se intensificaram e diversificaram, impondo novos desafios. Ao mesmo tempo, houve um aumento relevante do engajamento de familiares na luta anti-cárcere no Rio de Janeiro e em todo o país. Esse novo fôlego em um contexto de grave crise social e política tem sido fundamental para lidar com os impactos da pandemia Covid-19.

¹¹ Movimento social surgido a partir do documento Agenda Nacional pelo Desencarceramento (Pastoral Carcerária, 2014; 2016).

ESPECIAL

A PANDEMIA NAS PRISÕES

Foto: Guilherme Fernandéz

FALTA ATENDIMENTO, FALTA MEDICAMENTO... NÃO TEM NADA ALÉM DE HUMILHAÇÃO E FILAS QUILOMÉTRICAS

Rosana Maria



Foto: Guilherme Fernández

Meu filho está há 7 anos no sistema penitenciário. E eu posso dizer que piorou em tudo: alimentação, falta de água, medicamento, pouca assistência médica dentro do sistema penitenciário; a comida vem péssima, azeda. Uma comida que parece lavagem para porco, não para pessoas.

O tratamento com a família, onde ele estava, em Magé, era relativo, mas depois que ele veio para Bangu, no Benjamim de Moraes, o tratamento lá é horrível. O preso passa o maior sufoco, não tem água direito, excesso de presos. Uma demora nos exames criminológicos, como no caso do meu filho.

Meu filho não está mais no Benjamim, agora ele está no Edgar Costa, em Niterói, mas, desde o tempo que o juiz pediu o exame criminológico, que foi mais ou menos em julho ou agosto, até hoje não apareceu. Ontem, ao puxar o processo dele, apareceu que a juíza está intimando a Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) sobre os exames criminológicos para visitas ao lar. Quanto ao sistema penitenciário, então, é péssimo. Assistência familiar é péssima. Assistência ao preso é horrível. Parte da Degase também é péssima para os adolescentes. Não tem nada que possibilita a ressocialização dos adolescentes, nem adultos.

São 7 anos que estou nessa estrada, mas meu filho já tem mais de 20 anos de sistema e cada ano que passa está piorando o sistema penitenciário em tudo. Daí a pessoa fica revoltada pelo jeito que está sendo tratada lá. Muita doença, principalmente no Galpão que tem perto do Jardim Zoológico. Ali tem muitas pessoas com tuberculose, escabiose, falta de limpeza, umidade, etc, porque meu filho já passou lá e teve tudo isso lá dentro. Tratamento médico nenhum. Assistência social também nenhuma. Nem preso, nem família tem tratamentos adequados, é negativo em tudo. A Seap está a pior coisa que tem na face da terra. Agora vamos para o Serviço de Operações Especiais (SOE), que faz o transporte dos presos: o funcionário do SOE não sabe tratar o preso pra colocar dentro do carro. Não tem ressocialização nenhuma. Esse é meu relatório como mãe, revoltada com tudo, com tudo que está passando em Bangu, porque eu estou sabendo. Falta de água, almoço se dá quando é quase de noite. Não tem nada decente para um ser humano que está lá dentro pagando seu castigo pelas coisas que fez. Meu filho teve um acidente vascular cerebral (AVC) dentro do sistema penitenciário e se eu não corresse atrás no passado, ele estaria deformado. Não teve assistência médica, quem deu tudo fui eu.

Quanto às filas, onde ele está, no Edgar Costa, a coisa está relativamente tranquila. Mas no Benjamim, em Bangu, está um sofrimento, é um Deus nos acuda. Em Japeri eu não sei como está agora, porque eu não estou tendo muito contato com o pessoal de lá. Em Magé eu sei que estava péssimo, pois houve muita reclamação.

E quanto à Covid-19, está desse jeito porque não tem medicamento, não tem atendimento, não tem nada! Tem preso que morre e a família fica sabendo dias depois, às vezes nem fica sabendo e só descobre quando enterram como indigente.

São coisas absurdas dentro daquele Bangu. Quanto à Covid-19, principalmente em Bangu, não tem nada, além das humilhações e filas quilométricas. Tinha até preso escarrando sangue e a família não sabia que atitude tomar lá. Eles não estão separando ninguém, a coisa continua uma bagunça! Se eles não nem um psiquiatra ou um assistente social pra liberar o preso pra ir pra casa quando ganha uma liberdade, vocês acham que eles vão separar quem está com Covid-19, pneumonia, quem está com isso, com aquilo? O Galpão é o pior presídio que tem! Isso eu sei porque tem uma vizinha minha que visita o filho lá, no Galpão. É horrível lá. Péssimo!

Foto: Ramon Velasco



FÁBRICA DE FAZER LOUCO

Vanja Santos Oliveira

Tenho 51 anos e sou ex-detenta há pouco mais de 1 ano. Tive a vida marcada no presídio desde 1996, onde fui evadida em março de 2009 e recapturada em abril de 2019. Tenho filha e filho presos, respectivamente, e uma neta de 6 anos que mora comigo na Ocupação Denise Presente, no centro do Rio de Janeiro.

Como ex-detenta posso dizer que o cárcere é um lugar onde não há condições de ressocialização. Depois que você sai, você precisa ir pra casa, você precisa se alimentar e lá dentro é muito complicado de conseguir oportunidades para mudar de vida, porque a pessoa já é colocada em uma situação de permanecer no crime e sem socializar com a sociedade. Já passei por Bangu 7 e Bangu 8 e aqui fora passei por momentos em que já quase perdi a guarda da minha neta. Atualmente, trabalho no Conselho de Educação e reconheço que a vida está bem melhor. Antes, no local em que eu morava com minha neta, na Providência, convivía constantemente com o tráfico e o perigo da violência, por conta da proximidade com o ponto de venda de drogas.

A situação nos presídios está péssima. Há pessoas presas que estão há quase um ano sem visita e eu também não consigo falar com os meus filhos; saber a atual situação e como está a vida deles, é muito complicado e tenso. Atualmente, não posso ver meus filhos por conta de uma burocracia de documentos, a Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) não me forneceu ainda, por conta da pandemia, minha carteirinha de visitante... Fui informada que os presos não têm médico, não têm assistência, não têm nada.

As celas são lotadas e mal ventiladas e os presos estão com pouco acesso à água e com quase nenhum item de higiene, apenas o que recebem de doações ou dos familiares que estão conseguindo visitar. Com a falta de inspeção e fiscalização dos órgãos públicos, por causa da pandemia da Covid-19, os presos ficam ainda mais esquecidos e vulneráveis aos abusos de quem trabalha nos presídios.

Tem muita família, tem muita mãe, tem muita vó, com filhos, filhas, netos e netas sem atendimento e sem garantia de segurança de saúde. O estado deveria fazer exames para os presos. Quem vai me garantir que meu filho de 19 anos não tá com Covid dentro do sistema penitenciário? Deveríamos ter o direito garantido de saber que os filhos estão seguros, pelo menos.

Cadeia é fábrica de fazer louco,
não é ressocialização.
Ali é fábrica de fazer criminoso,
porque se depender do sistema
ali não ressocializa ninguém.

Para mim, essas condições de vida de uma pessoa presa e o tratamento dado é desumano e com pouca preocupação com a vida e segurança com relação ao Covid-19 que pode se alastrar dentro das penitenciárias. A falta de informação dos familiares sobre a situação dos detentos, a superlotação e a escassez de equipamentos de proteção individual para os agentes penitenciários e os presos, além da falta de comida e água potável, são as principais reclamações de quem convive com a realidade do sistema carcerário no Rio de Janeiro. Sem previsão de soluções e melhorias, o sistema continua a nos enlouquecer.

“A GENTE PRECISA QUE MAIS TERREIROS ESTEJAM LÁ”

Mãe Flávia Pinto

Dirigente da Casa do Perdão

Acredito que é de fundamental importância o trabalho afro-religioso no sistema prisional. De acordo com o Departamento Nacional de Administração Penitenciária, a Casa do Perdão é o único terreiro em todo o território nacional a oferecer assistência religiosa nos presídios. Eu não tenho orgulho disso, porque eu queria que muito mais terreiros fizessem isso também. Estou há 16 anos dentro do sistema, fazendo trabalho de forma voluntária, com duas tuberculoses adquiridas a partir desse trabalho de contato com a população carcerária. O que a gente percebeu na pandemia foi que se a gente não estivesse levando material de higiene (de acordo com o que a gente ouviu da própria direção) eles não sabem como estariam se virando por lá. Porque

os detentos ficaram abandonados no período da pandemia e as pessoas esqueceram que se a doença se alastrasse na cadeia, ela poderia estourar aqui fora, porque as pessoas não estão totalmente isoladas dentro da cadeia. Entra um agente e sai do plantão, entra alguém que vai pegar o lixo, entra alguém para levar comida ou seja: há contato das pessoas da sociedade com as pessoas na cadeia. E parece que ninguém se preocupou com a prevenção.

A gente não pode levar comida para cadeia, mas a gente pode levar material de higiene e foi o que a gente fez durante a pandemia inteira. Levamos material de higiene como água sanitária, sabão em pedra, detergente, luva, máscara, gel, sabonete, shampoo, pasta de dente, absorvente. Então eu acho importante ter levado isso tudo e a gente precisa que mais terreiros estejam lá.

No nosso caso específico com mulheres, atendendo duas unidades femininas (Santo Expedito e Talavera Bruce); faz bastante diferen-

ça essa liderança feminina, porque as mulheres ficam mais à vontade, se sentem mais seguras para falar com a gente, tanto que, a partir da minha experiência de 13 anos trabalhando só com mulheres, o que eu posso afirmar é que 90% das mulheres que atendemos e que estão presas, antes de serem detidas, de serem criminalizadas, elas foram vítimas de algum tipo de violência.

Foto: Mãe Flávia Pinto



A partir da minha posição matriarcal dentro de um terreiro que é um quilombo urbano, dentro de uma área periférica, o que constatei com meus olhos é que a pandemia trouxe a fome e a desigualdade que já eram existentes na sociedade brasileira e no planeta ainda mais para aqueles mais pobres e mais pretos. Então as pessoas ficaram com menos acesso a trabalho e levando-se em consideração que muitas pessoas pobres vivem distantes dos locais com maiores oportunidades de trabalho e sem mobilidade urbana, então não tem transporte não tem como fazer bico; e a fome foi aumentada e junto com a fome vem a violência. E a violência afeta principalmente as crianças vulneráveis. Então percebo que as ações sociais desenvolvidas por todas as instituições religiosas foram fundamentais nos territórios periféricos.

Só a casa do Perdão distribuiu 1.400 cestas básicas e de higiene, através de uma parceria com a Unicef, a Ong Crioula, e As Josefinas. E vieram outras instituições parceiras que possibilitaram o atendimento não só das detentas, também atendemos mais 30 outras instituições como igreja católica, centro kardecista; atendemos também abrigo de mulheres, asilo e duas unidades penitenciárias; e retomamos o reforço escolar para a gente atender o mínimo de crianças pensando nas consequências de elas estarem sem estudos durante esse ano. Pois percebemos que algumas crianças que estavam sendo alfabetizadas desaprenderam a ler e escrever, então oferecemos reforço auxiliar para, futuramente, elas retomarem ao sistema escolar.

Destacamos que é necessário todo esse movimento devido à ausência de políticas públicas do Estado, e que na Casa do perdão, as pessoas encontram um espaço de respeito, um espaço de possibilidade da sua humanidade. Independente da sua sexualidade e classe social, a gente tem um acolhimento muito forte. As religiões de matriz africana têm um papel acolhedor muito forte para esses grupos perseguidos em vulnerabilidade.

EXPEDIENTE

Elaboração

Cooperação Social da Fiocruz

André Lima

Djefferson Amadeus

Fábio Araújo

José Leonídio Madureira

Mariane Martins

Day Medeiros

Renata Dutra

Ensp | Fiocruz

Roberta Gondim

EPSJV | Fiocruz

Carlos Eduardo Batistella

Coordenador Editorial

Fábio Araújo

Colaboradores nesta edição

Ana Paula Soeiro – Instituto Nelson Mandela

André Lima – Conselho Comunitário de Manguinhos, Manguinhos

Auricélia Mercês – Museu Casa Bumba Meu Boi, Catiri

Cláudia Rose – Museu da Maré, Maré

Day Medeiros – União Coletiva Pela Zona Oeste, Santa Cruz

Eliana Souza – Redes da Maré, Maré

Fabyane Soares – Coletivo São Carlos Ativo, São Carlos

Guilherme Antunes – Manguinhos

Guilherme Fernández

Itamar Silva – Grupo Eco, Santa Marta

Joana Angélica de Souza – Coletiva de Mulheres da Zona Oeste, Guaratiba

João Luis Pereira – União Coletiva Pela Zona Oeste, Sepetiba

Miguel Susarte – Coelho Neto

Patrícia Evangelista – Conselho Comunitário de Manguinhos, Manguinhos

Patrícia Oliveira – Rede de Comunidades

e Movimentos Contra a Violência, Padre Miguel

Ramon Vellasco – Coletivo Artístico Sustentável e Alternativo

Renata Dutra – Manguinhos

Rosana Maria – Frente Estadual Pelo Desencarceramento

Simone Rodrigues – Movimento Comunitário Rocinha Sem Fronteiras

e União Por Moradia Popular, Rocinha

Vanderlea Aguiar – Morro dos Macacos, Rede Emancipa

Vanja Santos Oliveira – Ocupação Denise Presente

Movimentos Sociais e Coletivos

Coletivo Artístico Sustentável e Alternativo

Coletivo São Carlos Ativo

Conselho Comunitário de Manguinhos

Frente Estadual Pelo Desencarceramento/RJ

Grupo Eco

Instituto Nelson Mandela

Movimento Comunitário Rocinha Sem Fronteiras

Museu Casa Bumba Meu Boi

Museu da Maré

Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência

Rede Emancipa

Redes da Maré

União Coletiva Pela Zona Oeste

União Por Moradia Popular

Revisão

Luiza Gomes

Projeto Gráfico

Mariane Martins

